



## ELEMENTOS PARA REFLETIR SOBRE A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NO CAMPO

Maria Rosineide Pereira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo parte da construção de um estudo que se faz em decorrência de uma pesquisa militante da autora e objetiva continuar a reflexão iniciada no mestrado acerca das relações raciais e de gênero vivenciadas no campo nordestino. Nesse sentido, se propõe a analisar as relações raciais e de gênero que as mulheres negras camponesas desenvolvem em sua luta cotidiana contra o agronegócio e o patriarcado. Em tempos de crise de identidades e de imposição de um padrão único de comportamento das mulheres na sociedade refletir sobre tais questões torna-se um desafio e uma urgência. O desafio consiste na construção de conhecimentos embasados na vivência empírica e que demandam cada vez mais uma postura crítica e dialética e da necessidade de desconstruir estereótipos a partir do desvendamento da atual situação das mulheres negras e de suas resistências no campo brasileiro. Assim este estudo tem resultado num desvelamento acerca do processo de resistência ao agronegócio no campo brasileiro, protagonizado também pelas mulheres negras. Essas mulheres, atualmente, se reconhecem em luta contra todas as formas de violência e em defesa da justiça social, o que inclui a igualdade de gênero no acesso aos recursos, na participação política e na organização do trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras, Campesinato, Resistência.

### RESUMEN

Este artículo parte de la construcción de un estudio que se realiza como resultado de la investigación militante de la autora y tiene como objetivo continuar la reflexión iniciada en la maestría sobre las relaciones raciales y de género vivida en el nordeste brasileño. Las mujeres campesinas se desarrollan en su lucha diaria contra la agroindustria y el patriarcado. En tiempos de crisis de identidad y la imposición de un patrón de comportamiento único para las mujeres en la sociedad, reflexionar sobre estos temas se convierte en un desafío y una urgencia. El desafío es construir conocimientos basados en la experiencia empírica y que demandan cada vez más una postura crítica y dialéctica y la necesidad de desconstruir estereotipos a partir del desvelamiento de la situación actual de las mujeres negras y su resistencia en el campo brasileño. Así, este estudio ha resultado en una revelación sobre el proceso de resistencia a la agroindustria en el campo brasileño, también liderado por mujeres negras. Estas mujeres ahora se reconocen en la lucha

---

<sup>1</sup> Mestra em Geografia e Desenvolvimento Territorial na América Latina pela Universidade Estadual Paulista- UNESP; Email: [rosanegram@hotmail.com](mailto:rosanegram@hotmail.com);



contra todas as formas de violência y en la defensa de la justicia social, que incluye la igualdad de género en el acceso a los recursos, en la participación política y en la organización del trabajo.

**Palabras clave:** Mujeres Negras, Campesinado, Resistencia.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da construção de um estudo que se faz em decorrência de uma pesquisa militante da autora e objetiva continuar a reflexão iniciada no mestrado acerca das relações raciais e de gênero vivenciadas no campo nordestino. Nesse sentido, se propõe a analisar as relações raciais e de gênero que as mulheres negras camponesas desenvolvem em sua luta cotidiana contra o agronegócio e o patriarcado.

Em tempos de crise de identidades e de imposição de um padrão único de comportamento das mulheres na sociedade refletir sobre tais questões torna-se um desafio e uma urgência. O desafio consiste na construção de conhecimentos embasados na vivência empírica e que demandam cada vez mais uma postura crítica e dialética e da necessidade de desconstruir estereótipos a partir do desvendamento da atual situação das mulheres negras e de suas resistências no campo brasileiro;

Neste aspecto, é válido ressaltar que as mulheres camponesas negras não estão descoladas da realidade social que é formadora de seres humanos marcados por conflitos e contradições da sociedade capitalista, racista e patriarcal. Sim, porque ao pensarmos na constituição da classe trabalhadora brasileira devemos considerar a combinação da relação entre patriarcado e racismo no capitalismo, cuja luta, em defesa dos direitos das mulheres no processo desigual e combinado da luta de classes não é consequentemente antirracista.

Essa urgência parte do conhecimento e discordância da realidade em que se embasa esse nosso diálogo, ou seja, a base da pirâmide social, continua sendo o lugar destinada a mulher negra do campo ou da cidade em nosso país. Esse lugar que é topo mais baixo da condição humana se traduz em dados alarmantes tais como: A diferença salarial entre brancos, negros e pardos é de R\$ 2814 para brancos, R\$ 1606 para pardos e R\$ 1570 para negros. No caso das mulheres negras essa diferença salarial média entre



uma mulher negra e um homem branco é de 60% podendo chegar a 80% em alguns cargos.

Os registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que 70% da população pobre é negra e as mulheres negras são a maioria, somam 26% dessa população, estão na base da pirâmide social<sup>2</sup>. No entanto, nos últimos 43 anos apenas 1% da população (270 mil pessoas) considerada a faixa mais rica responde por 48% da renda bruta gerada pelos 50% da faixa pobre (1.350 milhões de pessoas), segundo relatório da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Nesse contexto complexo e adverso, é imprescindível compreender a diversidade dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora como forma de fortalecer e qualificar todas as formas de luta e resistência que, diante dessa ofensiva, buscam avançar na construção de um projeto de classe que seja verdadeiramente emancipador. Assim, ressaltamos ainda que a necessidade de partir do enraizamento da cultura camponesa, considerando a raiz afro-brasileira destas mulheres e pautando a superação dos altos índices de violência, a dificuldade de acesso às políticas públicas e os obstáculos na defesa do seu território.

Em relação a isso, é importante ressaltar a importância do estudo dessa temática com base numa perspectiva geográfica em função da necessidade de compreender a diversidade de tais relações sociais sob a ótica espacial, assim o espaço geográfico se apresenta como objeto central de análise. Infere-se, assim, que o território é construído e delimitado por e a partir das relações de poder entre as classes antagônicas, sendo formado a partir do espaço e resultante da ação social. Portanto, justifica-se a importância de compreender como essas classes materializam seus conflitos nessa porção do espaço.

Há um processo contínuo de resistência em andamento que faz oposição ao avanço do sistema mundo colonial moderno e porque outros mundos não só são possíveis, mas necessários. Em função dessas resistências, se considera necessário afirmar que, na perspectiva desse estudo não se vislumbra uma pretensa neutralidade, objetividade e universalidade do pensamento científico porque se assim fosse, este assentaria numa suposta superioridade epistêmica que inferioriza as outras formas de produzir conhecimento e compreender o mundo. Nesse aspecto, este estudo se propõe fazer parte

---

<sup>2</sup>De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).



das desobediências epistêmicas. Por isso, concordamos com Mignolo, para quem a desobediência epistêmica é uma medida inicial para o processo de descolonização do saber, pressupondo um desprendimento das racionalidades modernas. (2008)

Neste sentido, é válido ressaltar que mesmo diante de tantos obstáculos a sua participação, ainda assim as mulheres negras camponesas conseguiram incidir no processo de resistência ao modelo de desenvolvimento econômico adotado para o campo nos vários períodos históricos. A partir dessa inserção elas vivenciaram um intenso processo de mobilização e auto-organização dentro dos vários movimentos de luta pela Reforma Agrária. Essas mulheres, atualmente, se reconhecem em luta contra todas as formas de violência e em defesa da justiça social, o que inclui a igualdade de gênero no acesso aos recursos, na participação política e na organização do trabalho.

Assim, analisar as relações raciais e de gênero que essas mulheres vivenciam requer compreender que na luta contra o agronegócio também está presente o combate ao racismo e ao patriarcado que possibilitam a sua exploração e a opressão. Os mecanismos de exploração da reação patriarcal contra a vida das mulheres negras se conectam a partir do trabalho, da apropriação das terras e da natureza, do controle sobre o corpo das mulheres, da violência e do poder militar.

## **METODOLOGIA**

Em relação a metodologia, a perspectiva que se coloca é de uma pesquisa qualitativa e participante, a partir das atividades realizadas, juntamente com as mulheres, envolvidas nos diversos espaços políticos e organizativos do MST, seguida de revisão literária, como também a partir da consulta a produções do próprio Movimento. Em relação a adesão a metodologias de pesquisa qualitativa e participante, ela acontece em função da seriedade de uma pesquisa na área geográfica que demanda cada vez mais uma postura crítica e dialética e da necessidade de desconstruir estereótipos a partir do desvendamento da atual situação das mulheres negras no campo.

Essas metodologias são amplamente discutidas e utilizadas por outros campos do conhecimento, possuem cunho qualitativo e ganham destaque nas pesquisas dos sujeitos sociais em seus aspectos culturais, sociais ou mesmo nas suas relações com o espaço e



território. Acreditamos que as pesquisas qualitativas têm ganhado cada vez mais destaque dentro das Ciências Sociais e Humanas, no sentido em que procuram entender o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, símbolos e representações sociais que permeiam as relações humanas. Nesse aspecto a Geografia ganha destaque, porque além de contribuir no seu entendimento territorializa tais processos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O latifúndio no Brasil é resultado direto da invasão da América e esse fato está na gênese desse sistema que se ampara no aspecto moderno/colonial, baseado em uma lógica de dominação/exploração, pretende impor ao sistema/mundo um modo único de existir, onde a ciência moderna é a única forma e validar o conhecimento (MIGNOLO, 2017); o capitalismo é transformado no universal modelo econômico e o lucro o principal objetivo das atividade humana (WALLERSTEIN, 2012); o patriarcado e a heterossexualidade são as únicas relações e identidades de gênero possíveis (LUGONES, 2014); às relações de poder são fundamentadas em uma hierarquia racial, na qual o homem branco é considerado superior (QUIJANO, 2010). A relação com a natureza se baseia dicotomia ser humano-natureza e transformada em fonte de recursos para o sistema capitalista (WALSH, 2007).

Historicamente, esse processo construiu uma natureza colonizada, originando um projeto de morte para os seres humanos e não-humanos e para os ecossistemas, especialmente na América Latina. No caso da manutenção da propriedade privada das terras desencadeou e promoveu a desigualdade social e racial, miséria e pobreza no meio rural e, conseqüentemente, nas cidades. Para as mulheres negras esse processo não é tranquilo, ao longo de todo período histórico da formação social do campesinato no Nordeste, tiveram que enfrentar a falta de políticas públicas e de acesso à terra, seu principal meio de sobrevivência, e assim se submeter a ofertas de trabalho indignas e humilhantes para possibilitar condições mínimas de vida para si e suas famílias.

No capitalismo, as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho. Essa relação econômica possibilita a acumulação de



capital, estrutura as relações sociais entre as classes, mas não as explica em um todo. De forma contraditória, o trabalho das mulheres negras na agricultura, que é afirmado publicamente na luta pelo seu reconhecimento profissional, ainda é concebido como “ajuda” no interior das relações familiares, como forma de manutenção de uma ordem moral e da hierarquia de gênero (ESMERALDO, 2013).

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais aos seus dominadores. Esta mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade. Uma mulher não é discriminada por ser mulher, sim por ser pobre e por ser negra. (SAFFIOTI, 2009, p. 10).

A superexploração das mulheres negras no campo remonta ao período escravista colonial, onde estas eram vulneráveis à todas as formas de violência, principalmente a violência sexual. Ângela Davis assinala que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras”. Assim, o capitalismo que é um sistema social que depende da exploração da força de trabalho também se formou sob as mãos de negras e negros escravizados.

Ao fincar raízes no debate sobre as mulheres e o racismo, Ângela Davis, demarcou o território da mulher negra na política, na cultura, na produção de novas concepções sobre elas. O elemento constitutivo de sua obra está na luta para que os negros e as negras sejam efetivamente reconhecidos e integrados com igualdade de direitos nas sociedades contemporâneas.

Como destaca Davis (2016, p. 62-82), o lugar da opressão possibilita à mulher negra pensar fortemente sobre as mudanças urgentes que precisam ser realizadas, mas não sem muita luta e coragem. Desta maneira, muitos silêncios poderão ser rompidos para que seus sons, palavras e ações possam chegar nas diversas sociedades e penetrarem no cotidiano de outras diferentes histórias de mulheres e homens. Trata-se de uma realidade no plural com seus muitos desdobramentos e especificidades que, ainda na atualidade precisa ser compreendida.



Ribeiro (2016) defende que essa perspectiva de marginalidade que sempre atravessou o caminho das mulheres negras, serviu como elemento de fortalecimento à luta e ao movimento feminista negro. Decorre daí a possibilidade de uma nova visibilidade da mulher negra pela sociedade, podendo ser vista e compreendida de forma mais justa e democrática, bem como os silenciamentos impostos e os desafios enfrentados, pois quando modificado o foco e a abordagem sobre ela, emerge uma nova visibilidade que propicia uma nova perspectiva para que a ela possa ser vista por sua capacidade revolucionária e de mudança como resultado de suas experiências e lutas, conforme Ribeiro (2017, p.85-92).

No entanto, não é apenas essa evidência que coloca a opressão às mulheres negras em uma dimensão histórica. O período pós-colonial e a generalização do trabalho livre também aprofundam essa opressão racista. Para compreender esse contexto se fez necessário entender que no Brasil, a terra se configura como um fator estruturante. Isto porque estamos falando da transformação da terra em mercadoria como parte de um processo mundial de desarticulação do sistema escravista e de desenvolvimento de um mercado consumidor na periferia do capital, quem tem o controle da terra possui também a concentração do poder político e econômico.

Nesse aspecto se faz necessário compreender que não foram as diferenças entre os traços biológicos e culturais que tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico e sim as formas de integração subalterna dos nossos territórios que se utilizaram de diferenças “raciais” e culturais. Segundo Florestan, “as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho “livre”, a “raça” ainda era usada como um fator de ajustamento social”.

O escravismo colonial resultou no racismo e na manutenção do latifúndio com feridas ainda abertas que transformaram a questão agrária e a questão racial em eixos estruturantes da desigualdade social brasileira. Na tentativa de omitir essa violência foram construídas teorias racialistas que vão desde o discurso da inferioridade racial a construção de um ideal de embranquecimento compreendido como um projeto nacional, que se funda na concepção de miscigenação seletiva, e no mito da democracia racial que contribuiu para a construção da imagem das relações raciais como “pacíficas”.

Nesse aspecto, as mulheres negras camponesas, alijadas pelo sistema social, foram relegadas à pobreza e à marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se



conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo. No entanto, as mulheres negras camponesas têm-se negado a assumir um papel subordinado e por isso têm lutado pelo estabelecimento de igualdade racial e de gênero na participação e na representação, pela incorporação das questões de gênero no debate das políticas da agricultura. Em suas pautas de luta denunciam os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, assim como a expulsão das populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios.

Em contraposição, defendem a agricultura camponesa, com base na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta. Dessa maneira, trazem como elemento central do paradigma, o direito dos povos do campo de produzir seu alimento em seu território. Ao debate da soberania alimentar, as mulheres acrescentaram as questões da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, adicionando uma perspectiva feminista à consciência de classe, que implica transformações estruturais na sociedade.

Desse modo, a resistência negra feminista e popular se constitui especialmente ao questionar a cultura patriarcal, racista e capitalista, de forma teórica e prática. No momento em que coletivamente passam a questionar as estruturas vigentes e a tomar posição de enfrentamento dessa realidade e se coloca na construção do projeto de agricultura camponesa. Dessa maneira, ao se envolver nas lutas por reforma agrária e por direitos despertam para um novo tipo de ação política que a princípio, questiona seu status de subordinação de gênero nos variados espaços sociais em que participam. “O feminismo como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos” (CIRNE/GURGEL, 2008, p. 02)

O contato com o discurso feminista, a inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos ou como movimento social autônomo, são essenciais para a politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar. Nesse processo é preciso que esteja presente a luta pela



distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade de raça e de sua condição concreta enquanto mulher e classe trabalhadora do campo.

Desse modo, a resistência negra feminista e popular se constitui especialmente ao questionar a cultura patriarcal, racista e capitalista, de forma teórica e prática. No momento em que coletivamente passam a questionar as estruturas vigentes e a tomar posição de enfrentamento dessa realidade e se coloca na construção do projeto de agricultura camponesa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O combate ao racismo precisa ser tomado pelas ferramentas da classe trabalhadora, os seus sindicatos para que com esta força gigantesca possa libertar dos grilhões da escravidão moderna os setores mais oprimidos da nossa sociedade, compostos por milhões de mulheres negras (ASSUNÇÃO, 2017 p.121). Por isso, as organizações populares precisam compreender que não se trata de renunciar ao debate de classe,

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997)

No caso do nosso movimento é importante ressaltar quais as implicações da falta desse debate para as mulheres trabalhadoras do campo até porque sabemos que os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária não são e, portanto, não estão imunes ao racismo e ao patriarcado que estruturam o sistema econômico. Neste aspecto, refletir sobre os impactos da intersecção entre gênero, raça e classe interessa porque é fundamental que estas mulheres possam ter sua identidade reconhecida. Entendemos que a negação dessa identidade implica na sua falta de autonomia para tomar decisões como



estudar e/ou trabalhar, da sua impossibilidade de participar de atividades formativas e/ou lutas que ache importante participar, como também da falta de reconhecimento e consequente, invisibilidade do seu trabalho;

A disposição das mulheres negras para a luta das mulheres não depende apenas da capacidade de indignação perante as discriminações de gênero ou de raça, mas sim de uma compreensão mais arraigada sobre as desigualdades geradas não pela “histórica hegemonia masculina como também de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo”. Desse modo: “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2011, p. 02).

Cada uma das particularidades estruturantes da classe — sexo- “raça” /etnia —, combinadas ou não, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras. (CISNE, 2014, p.27)

Pois bem, os resquícios da escravidão permanecem e impactam de tal modo que a “interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a violência sofrida é um sintoma de que não é possível acabar com a opressão de gênero sem dar conta das relações sociais existentes com as questões de raça e classe” (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 3).

Para tanto, existem muitos desafios que precisam ser encarados e que passam pelo processo de dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas no enraizamento da cultura camponesa, considerando sua raiz afro-brasileira e pautando a superação dos altos índices de violência, a dificuldade de acesso às políticas públicas e os obstáculos na defesa do seu território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste contexto de uma crise estrutural no sistema capitalista e de uma crise sanitária sem precedentes, provocada pela pandemia do COVID-19, as desigualdades que marcam a sociedade brasileira se tornam mais evidentes e para as mulheres do campo a necessidade de relacionar pautas históricas em seu calendário de luta, assim como a reinvenção dessas lutas. Além disso, inserir nesse enfrentamento, a necessidade da resistência ao patriarcado e o racismo, que se configuram como base da opressão e exploração da elite brasileira.

Apesar das mulheres negras camponesas terem sido estigmatizadas durante um longo período de suas vidas, tendo sido impostas a um papel social subalterno é possível constatar mudanças importantes em função da sua participação nas ações de enfrentamento realizadas desde o dia internacional da mulher até às lutas mais gerais do campo. Em tais momentos de lutas as marcas de resistência a um cotidiano de exploração social, patriarcal e racial se fazem presente. Assim, essa resistência negra feminista e popular se institui no enfrentamento a cultura patriarcal, racista e capitalista, de forma teórica e prática.

Para essas mulheres, o processo de resistência, organização e luta não é uma tarefa tranquila se pensarmos nas implicações de um sistema capitalista, racista e patriarcal que condena as mulheres negras a uma situação de exclusão e marginalização social. No entanto, tal situação, por seu turno, tem engendrado formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O efervescente protagonismo das mulheres negras em geral, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (CARNEIRO, 2003, p.14)

Nesse processo de resistência assumem práticas diferenciadas construindo uma identidade tanto no âmbito pessoal, quanto coletivo. Ao tornarem-se protagonistas de suas histórias, as mulheres negras se assumem como camponesas e feministas, dialogam de forma coletiva sobre a constituição de novas relações sociais e o fazem no meio da luta e das contradições do sistema capitalista, racista e patriarcal.

No momento em que coletivamente passam a questionar as estruturas vigentes e a tomar posição diante da realidade que nega sua existência e de se colocar na construção



do projeto de agricultura camponesa, elas se somam às demais mulheres camponesas lutadoras contra o capital e o patriarcado, resistindo contra toda forma de retrocesso aos direitos da classe trabalhadora e desse modo constroem lutas massivas de denúncia do projeto do capital no país e no mundo.

A organização das mulheres camponesas está profundamente enraizada na luta de classes, o que inicia na luta contra a falta de direitos desemboca no engajamento nos movimentos populares. Através desse engajamento essas mulheres despertaram para um novo tipo de ação política que questiona seu status de subordinação de gênero no espaço em que participam. “O feminismo como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos” (CIRNE/GURGEL, 2008, p. 02).

O contato com o discurso feminista, a inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais são essenciais para a problematização e à politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar. Nesse processo está presente a luta pela distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição concreta enquanto mulher, e classe trabalhadora do campo. (SCHWENDLER, 2015, p. 3)

A luta das mulheres tem questionado a sociedade sobre a ação destrutiva desse projeto que está em curso e provocado o debate da necessidade de organização e unidade da classe trabalhadora, além de ser uma convocação para a resistência popular. Na perspectiva da construção de novas relações de gênero, as mulheres camponesas têm acumulado processos no sentido de demarcar um posicionamento político, na perspectiva de um Movimento Feminista das Trabalhadoras, das Camponesas, das Indígenas e, portanto, um Feminismo articulado com a Classe Trabalhadora.

A partir de suas experiências, elas demonstram que é possível pensar um modelo de desenvolvimento para o campo, com base em condições de trabalho digno, na diversificação da produção, preservação e recuperação das sementes crioulas e no resgate e socialização das práticas e conhecimentos que se alicerçam nos princípios da



agroecologia e da cooperação. No entanto, a possibilidade que estas relações se forjem na prática está embasada numa nova matriz produtiva que enfrente o agronegócio.

Por isso, esse feminismo que vem se construindo a partir das mulheres camponesas e a partir da identidade e lutas dos povos parte do reconhecimento das diversidades geográficas, culturais, de gênero. Reconhecemos a existência de muitos Feminismos e de sua contribuição histórica. No entanto, nos posicionamos como mulheres feministas que tem a consciência de que a igualdade substantiva, plena, nas relações de gênero não é possível de ser alcançada inteiramente nos marcos do capital. (Caderno de formação do Setor de Gênero, p. 01).

Logo, o desafio não é simples. Enfrentar uma luta que combine as relações sociais de raça, gênero e classe com a questão da terra, requer a conquista de espaços em diferentes dimensões da existência. No entanto, temos a noção que para empreender esta luta é necessário engendrar forças maiores e mais potentes. As mulheres camponesas negras têm buscado dar resposta à altura dos desafios do seu tempo fazendo o enfrentamento ao agronegócio e ao capital por dentro dos movimentos populares do campo através da construção do feminismo camponês e popular. Neste aspecto, é válido ressaltar que este feminismo se constitui enquanto uma identidade em construção que se opõe simultaneamente ao capitalismo e o patriarcalismo, além de rejeitar todos os racismos, violências e discriminações. (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 5)

Afinal, é preciso que esteja presente na luta pela distribuição econômica o reconhecimento de sua identidade de raça e de sua condição concreta enquanto mulher, e, portanto, de classe trabalhadora do campo. É nesse aspecto que as mulheres negras camponesas se embasam quando se afirmam no Feminismo Camponês e Popular. É disso que tratam quando defendem um Feminismo das trabalhadoras, ou seja:

Um Feminismo que luta pela emancipação humana, aponta-se como principal acúmulo: a sabedoria política de construir uma forte articulação das mulheres dentro do movimento continental e internacional como um todo, fortalecendo a luta, a organização social e política, a solidariedade de classe, o internacionalismo e a construção de alianças na perspectiva da construção de outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista, patriarcal e do agronegócio. (Caderno de formação setor de gênero, p. 13).



## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. In: Estudos avançados, São Paulo, vol.17, nº49, pag. 117-132, 2003.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma (2008). **Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. *SER Social* (Brasília) v.10,n.22, p.69-96, jan/jun. Disponível em: [periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/12960/11316/](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12960/11316/) > Acesso em: 05 de fev. de 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

ESMERALDO, Gema G. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: expressão popular, 2004.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n. 94, p.1-18, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e a classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 32-84.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar da fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth.. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais**. FLACSO Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie\\_estudos\\_ensaios/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf). Acesso em 11 set. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WALSH, Catherine: **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e reviver**. In. CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.